



PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

JUIZ DE DIREITO
GILMAR TADEU
SORIANO



ENTREVISTA CONCEDIDA PELO JUIZ DE DIREITO GILMAR TADEU SORIANO AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDF

Gilmar Tadeu Soriano, filho de Humberto Soriano e de Noêmia Ferracini Soriano, nasceu em 18 de agosto de 1967, na cidade de Jaú, São Paulo. Casado e pai de três filhos. Formou-se bacharel em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Instituição Toledo de Ensino – ITE, Bauru (SP), e em Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito de São Carlos (SP). É especialista e mestrando em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Iniciou carreira profissional atuando por onze anos – de estagiário a contador – em um escritório de contabilidade em Jaú (SP). Foi servidor por sete anos do Banco do Estado de São Paulo SA – BANESPA tendo obtido 1º lugar no concurso público de ingresso. Exerceu a advocacia privada por cinco anos. Ingressou na magistratura do Distrito Federal pelo XXVII Concurso (1999-2000), no cargo de Juiz de Direito Substituto, com aprovação em 15º lugar, sendo

empossado em 14 de abril de 2000. Atuou inicialmente na Vara Criminal, Tribunal do Júri, Delito de Trânsito em Brazlândia (DF). Após atuar em vários juízos, tomou posse em 15 de setembro de 2005, no cargo de Juiz de Direito, tornando-se titular da 2ª Vara Criminal de Taguatinga (DF). Atualmente é Juiz de Direito titular da Vara das Execuções das Penas e Medidas Alternativas do Distrito Federal – VEPEMA/DF, e Juiz Assistente da Presidência do TJDF, na gestão do biênio 2016-2018. Foi diretor-geral da Escola da Magistratura do Distrito Federal no ano de 2006 e Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal – AMAGIS (DF) no biênio 2011-2012. Participou como examinador das matérias de Direito Penal, Processual Penal e Empresarial de diversas bancas do concurso de ingresso na carreira de Juiz de Direito Substituto do TJDF. Foi professor de graduação no UNICEUB/DF e IESB/DF, entre os anos de 2001 e 2011. Foi professor da Escola da Magistratura do Distrito Federal e da Fundação do Ministério Público do Distrito Federal.

Desembargadora Carmelita Brasil

Doutor Gilmar (Tadeu Soriano), em primeiro lugar, nós gostaríamos de agradecer muito a sua presença, dizer que certamente essa entrevista vai registrar um pedaço da história do Tribunal muito importante, vivido pela sua pessoa, pela sua história, pela sua judicatura. Receba os agradecimentos, não só da 1ª Vice-Presidência, (mas) especialmente nosso, particular. Nós gostaríamos de começar essa conversa, doutor Gilmar, que será informal, fique bem à vontade, pedindo que o senhor nos conte um pouco acerca da sua vida, da história da sua família, sabemos aí, que as raízes estão longe, não é? Lá na Europa. Como foi essa infância, de um menino nascido e criado no interior, até que na cabeça dele surgisse o gosto pelo Direito e a vocação para a magistratura?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Desembargadora Carmelita (Brasil), antes de começar, eu gostaria também de agradecer imensamente esse convite. Na verdade, eu fiquei muito honrado, fiquei muito contente e, a par desse agradecimento, eu queria registrar também um elogio para o trabalho que a senhora tem feito junto à 1ª Vice-Presidência, do Tribunal de Justiça (do Distrito Federal e dos Territórios), entre 2014 e 2016. Eu fico muito à vontade em registrar esse elogio porque sou daqueles que defendem que a instituição deve prevalecer, mas eu compreendo que dentro de uma instituição existem as pessoas que fazem as instituições. E as histórias dessas pessoas, enquanto colaboradoras da instituição, fazem parte da história da própria instituição. E, a senhora a bom tempo veio e resgatou esse Projeto de Memória Digital...

1 Desembargadora Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias, eleita para o cargo de 1ª Vice-Presidente do TJDF para o biênio 2014-2016, com posse em 22/4/2014. Sua gestão na 1ª Vice-Presidência finalizou-se no dia 22/4/2016.

Desembargadora Carmelita Brasil

Porque nasceu nas mãos da desembargadora Maria Thereza Braga².

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Foi a desembargadora Maria Thereza?

Desembargadora Carmelita Brasil

Ela quem começou. Quando o Tribunal fez cinquenta anos, na gestão junto à 1ª Vice-Presidência, do desembargador Romão Cícero de Oliveira³, ela teve a ideia de, junto com o Memorial⁴, criar esse departamento, essa seção especialíssima, que nominou de Memória Oral⁵.

-
- 2 Maria Thereza de Andrade Braga Haynes, desembargadora do TJDF entre 1980 e 1991, ano de sua aposentadoria. Foi a primeira mulher a ocupar tal cargo no Tribunal, como também a primeira Corregedora e, até então, única mulher a exercer o cargo de Presidente desta Corte de Justiça. Coordenou também a comissão de implantação do Conselho Gestor do Programa Memória do TJDF e conduziu aproximadamente 30 entrevistas deste Programa História Oral.
 - 3 Desembargador do TJDF desde 1994.
 - 4 Memorial TJDF – Espaço Desembargadora Lila Pimenta Duarte. Inaugurado em 19 de abril de 2010, durante as comemorações do cinquentenário do TJDF. O Espaço tem por missão divulgar a memória do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, além de pesquisar, preservar e difundir a história da Justiça da Capital brasileira, com observância aos valores institucionais, a serviço da sociedade e da paz social.
 - 5 O programa teve início em 2008 com a desembargadora Maria Thereza Braga Haynes e seguiu até 2010 (Portaria Conjunta N 17, de 02 de maio de 2007). Em 2014, o Programa foi retomado pela 1ª Vice-Presidente do TJDF, desembargadora Carmelita Brasil (gestão 2014-2016), e, desde então, novos depoimentos que resgatam a história da Justiça no Distrito Federal e nos Territórios vem sendo realizados.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

E, foi uma bela ideia porque o nosso Tribunal é muito novo. Eu acho que se nós cuidarmos dessa história, eu acho que, com certeza, ela será muito proveitosa no futuro. A senhora colabora com, eu costumo dizer que cada um de nós coloca um tijolinho no Tribunal, nessa construção, nominalmente, e a senhora está colaborando com vários, mas um deles é esse Projeto, de ter retomado, e está muito bonito esse Projeto. Então, eu agradeço imensamente. Mas, então, desembargadora, falando um pouquinho da minha pessoa, de fato, a minha raiz é lá na Europa, assim, em italianos, meus avós eram italianos, tanto meus avós maternos quanto meus avós paternos. Os meus avós paternos (têm) uma raiz mais forte italiana. Meu pai foi o primeiro filho que nasceu no Brasil, os outros irmãos nasceram na Itália, um deles nasceu no navio vindo para cá, ele teve paralisia infantil, ficou toda a vida com paralisia infantil, naquela época, era muita dificuldade. E, nós vivemos e crescemos em uma cidade do interior de São Paulo, Jaú⁶, é uma cidade muito pequena, que hoje tem 150 mil habitantes, mas é uma cidade muito agradável e muito promissora. E, nessa cidade de Jaú, eu, naquele ambiente muito interiorano, muito rural até, fui levado logo cedo à Contabilidade, e na Contabilidade eu comecei a verificar a atualização dos registros de Direito Tributário, das normas

6 Município brasileiro do estado de São Paulo.

Tributárias que eu precisava, e ali surgiu aquele primeiro gosto pelo Direito, mas muito é... uma sementinha muito pequena. Depois disso, na Justiça Eleitoral, eu – enquanto contador – colaborava com o juiz local, eu era secretário da apuração, a apuração era manual, e aquilo eu tomei gosto e aquele contato com o magistrado local, e aí, eu fui perseguir esse caminho, daí eu fiz uma história sempre perseguindo o caminho da magistratura, até que consegui, graças a Deus, é onde eu me realizo.

Desembargadora Carmelita Brasil

O primeiro e segundo graus foram feitos em Jaú?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Em Jaú, em escolas públicas, e eu sou técnico em eletrônica. Sou formado em técnico em eletrônica, mas em escolas públicas, e naquelas escolas locais ali, em que a gente ia a pé, (era) muito próxima à escola, aquela vida bem interiorana mesmo, assim.

Desembargadora Carmelita Brasil

E a faculdade de Direito?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

E a faculdade de Direito... A cidade era muito pequena, então, nós não tínhamos faculdades na cidade, e o que utilizávamos era transporte para as cidades mais próximas, e esse que era o problema, porque primeiro eu fazia a faculdade de Ciências Contábeis, porque eu estava trabalhando em um escritório de contabilidade, então era muito natural que eu partisse ali do segundo grau para

Ciências Contábeis. Terminei a faculdade, fiz a especialização em Auditoria e Análise de Balanço, mas era uma cidade a 60 km, viajando todos os dias, de segunda a sábado.

Desembargadora Carmelita Brasil

Que cidade era?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Era Bauru⁷, ao lado de... 60 km. Era uma cidade já maior, ao lado de Jaú. E, eu viajava todos os dias de ônibus, trabalhava durante o dia, em Jaú, e viaja à noite e estudava. Fazia um caminho de 60 km.

Desembargadora Carmelita Brasil

Foi em Bauru, também, que o senhor fez a faculdade de Direito ou não?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Não. Em Bauru, eu ainda fiz uma faculdade de Administração de Empresas, porque aí, eu estava trabalhando no Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), daí me convinha o curso de Administração de Empresas. E, depois, a faculdade de Direito, aí a faculdade próxima era a 110 km de distância, São Carlos⁸.

Desembargadora Carmelita Brasil

Já não era tão próxima.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Já não era tão próxima. Mas, mesmo assim, foram quatro anos e eu viajando todos os dias, de segunda a

sábado, trabalhava durante o dia e, à noite, eu ia até a faculdade e voltava para casa. Tem uma história interessante, desembargadora, tenho que contar. Eu estou (me) lembrando da minha mãe aqui, porque naquela época era solteiro, muito jovem, entre Bauru e Jaú tem o Rio Tietê, o mesmo Rio Tietê que passa em São Paulo... em Jaú ele é muito grande e tem uma ponte enorme, e minha mãe não dormia enquanto eu não chegava toda noite, porque ela tinha medo de eu passar na ponte. Eu falava: "Mãe, mas se o ônibus cair na ponte..." (Risos) Ela me aguardava todos os dias chegar da faculdade.

Desembargadora Carmelita Brasil

São cuidados de mãe, que a gente não esquece, não é?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Pois é.

Desembargadora Carmelita Brasil

E essa reviravolta para o Direito foi na medida em que os temas jurídicos foram se aproximando do exercício profissional, não foi isso?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Isso mesmo. Começou na Contabilidade, e da Contabilidade para o Banco, para o BANESPA. Eu fiquei responsável pelo setor de aplicações, e aí eu mexia com títulos de crédito, com Direito Cambiário. Então, esse mundo que era muito próximo do jurídico, não era um... era o mais próximo que se tinha fora a advocacia dentro de uma cidade do interior. Então, isso me atraía. Foi aí que mesmo assim... Eu havia passado no concurso público

7 Município brasileiro do estado de São Paulo.

8 Município brasileiro do estado de São Paulo.

do BANESPA, eu estava já mais acomodado, mas eu fui perseguir essa faculdade, fazendo todos os dias fora, era o primeiro requisito. Quando eu terminei a faculdade, eu precisava do estágio de três anos de advocacia para que eu pudesse enfrentar a magistratura e também uma experiência, porque a par do estudo eu precisava de uma experiência profissional. Foi aí que eu tive uma decisão, foi importante na minha vida, porque eu tive de abrir mão do Banco do Estado de São Paulo, o BANESPA, que era um bom emprego, à época, era um banco estatal, seguro, e para uma cidade do interior estava bem acomodado, mas aí eu (me) arrisquei, desembargadora.

Desembargadora Carmelita Brasil

Deixou tudo para trás?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Eu arrisquei. Eu pedi a saída do Banco.

Desembargadora Carmelita Brasil

Quer dizer que a chegada à faculdade de Direito não está nenhum pouco vinculada à situação familiar, à influência de alguém da família que já tivesse exercido, nada disso?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Nada, desembargadora. O meu pai ele foi (por) cinquenta anos um entalhador de móveis, e é ainda, está ainda aposentado, mas um entalhador de móveis, meu

pai viúvo, a minha mãe já falecida, mas foi costureira. E ninguém da família, ninguém. Depois que eu fiz a faculdade de Direito, alguns sobrinhos, dois, três sobrinhos fizeram a faculdade de Direito.

Desembargadora Carmelita Brasil

Aí, os tempos também mudam, não é? Totalmente diferente, mais fácil.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Mais fácil. Agora nós já temos faculdade de Direito em Jaú. Temos faculdade de Ciências Contábeis, depois de eu ter cursado. A própria cidade também cresce e trás essa condição mais próxima de quem está morando. Na nossa época era um pouco mais interiorano ainda.

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas aí, ao falar sobre a faculdade de Direito, o senhor mencionou a magistratura, a necessidade do tempo exigido pelos concursos jurídicos, etc. Quer dizer que ao fazer a faculdade de Direito, a magistratura já estava nas cogitações?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Já estava. Desembargadora, eu fiz dos bancos escolares assim, já um estudo programado para a magistratura, tanto que depois eu consegui, graças a Deus, muito rapidamente, o ingresso na magistratura, quando eu resolvi, depois de passado o período de estágio probatório que eu defini para o estudo, foi muito rápido, mas eu tinha feito uma boa base escolar, ainda que em uma cidade longe de casa, mas eu aproveitei...

Desembargadora Carmelita Brasil

Ainda que trabalhando ao mesmo tempo.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Mas aí, eu procurei aproveitar e, durante a minha advocacia, eu procurei advogar em várias áreas, para pegar experiência de várias áreas, não centralizar em somente uma delas. Então, eu atuei na advocacia em todas elas. Isso é fácil, até no interior, nós temos que fazer um pouco de “clínica”, o que a gente chama na advocacia de “clínica geral”. Isso foi bom, me deu uma boa base, pois o meu objetivo era sempre buscar a magistratura. Sempre a magistratura e eu, por incrível que pareça, já pensando na magistratura do Distrito Federal.

Desembargadora Carmelita Brasil

É mesmo? O que o Distrito Federal tinha que acabou encantando lá os olhos do jovem de Jaú?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Foi uma visita à Brasília que eu fiz, com 21 anos de idade, aproximadamente, eu já na faculdade, já ao término da faculdade de Ciências Contábeis, o escritório que eu trabalhava encampou uma auditoria no extinto BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo. E eu vim, eu muito jovem fiz uma viagem assim, aquela história de “talvez, pela primeira vez, um menino do interior colocar um paletó e gravata”, e vim, muito novinho para cá, passei duas semanas aqui fazendo auditoria de campo na sede do BNCC, onde hoje é o INCRA.

Desembargadora Carmelita Brasil

Em que ano, doutor Gilmar?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Em 1987, isso foi. Em 1987 ou 1988, não estou bem certo do ano. Mas ali, eu me encantei. Passei vinte dias trabalhando, e um dia eu ganhei um tour pela cidade. Me encantei com a cidade, me apaixonei. Essa cidade é fácil de se apaixonar, ela é diferente de tudo.

Desembargadora Carmelita Brasil

É encantadora mesmo. E, naquela época, então, a cidade era mais vazia, a grandeza era mais evidente, a largura das ruas, o horizonte...

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Isso mesmo. A senhora imagina para quem tinha saído de Jaú. Então, assim, eu me encantei com a cidade, mas eu olhava para os tribunais superiores e pensava assim: a sede do Direito é Brasília. Se a gente falar assim: a sede da indústria é São Paulo. A sede do turismo é o Rio de Janeiro. E eu considero que a sede do Direito é Brasília, por conta dessa proximidade. Nós temos juristas de capacidade no Brasil todo, indiscutivelmente. Mas na minha cabeça, assim, por conta dessa proximidade dos tribunais superiores, eu acho que isso me atraiu, por conta de termos acesso fácil a essa jurisprudência, esse contato aos julgados, e eu persegui o Tribunal de Justiça do Distrito Federal mesmo, na época de estudo, tendo sido aprovado em outros tribunais, no estado do Mato Grosso, no estado do Mato Grosso do Sul.

Desembargadora Carmelita Brasil

Ah é, também para juiz?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Também para a magistratura. Tenho bons colegas da minha época, que hoje são juízes no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e tenho em São Paulo, na minha terra, mas eu persegui o Distrito Federal, que era o meu sonho, era o meu objetivo.

Desembargadora Carmelita Brasil

Fale-nos um pouquinho do concurso de ingresso na magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Como foi o seu concurso, os membros da banca, os colegas que também estavam no mesmo concurso, alguma lembrança dessa fase da vida difícil para todo mundo?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Difícil, mas prazerosa. A lembrança é real. Falar do concurso, da posse, do ingresso, é imaginar hoje, não consigo visualizar lá atrás. Eu enxergo detalhes, desembargadora. Mas assim, a minha banca, eu tive a felicidade, na época, o desembargador Hermenegildo,¹⁰ era o Presidente do Tribunal, foi ele quem me deu posse¹¹, e deu posse para a nossa turma, a nossa turma era de dezessete juízes, eu considero todos eles maravilhosos, são

10 Hermenegildo Fernandes Gonçalves, desembargador do TJDFT entre 1988 e 2006, ano de sua aposentadoria. Ocupou a Presidência do TJDFT no biênio 1998/2000.

11 Ingressou no cargo de Juiz de Direito Substituto do TJDFT, por meio do XXVII Concurso (1999-2000) da magistratura do Distrito Federal, com aprovação no 15º lugar, e posse no dia 14/4/2000.

companheiros, são leais, trabalhadores, eu julgo eles todos competentes, como todos os juízes do Distrito Federal, mas esses a gente tem mais proximidade porque são os da nossa turma.

Desembargadora Carmelita Brasil

É, a gente lida mais com eles.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Pois é. Eu queria começar com o desembargador Cruxên,¹² me fugiu o nome porque ele está afastado da gente. Vi o desembargador Cruxên há poucos dias em uma solenidade. Mas tínhamos o desembargador Estevam Maia¹³... o desembargador (...)

Desembargadora Carmelita Brasil

Não estamos mais lidando no dia a dia...

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Eu me recordo que era um dos examinadores... todos eles foram assim muito humanos. Eles cobraram muito, nós tivemos, no nosso concurso, desembargadora, 33 candidatos que chegaram à fase oral, e dezessete reprovaram.

Desembargadora Carmelita Brasil

Prova oral... Esse é um dado recorde do nosso Tribunal.

12 Asdrúbal Zola Vasquez Cruxên, desembargador do TJDFT entre 1991 e 2008, ano de sua aposentadoria.

13 Estevam Carlos Lima Maia, desembargador do TJDFT entre 1994 e 2008, ano de sua aposentadoria. Falecido em 2014.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Foi traumático, assim, porque nós acabamos convivendo entre os candidatos naquele...

Desembargadora Carmelita Brasil

E perder o concurso na última fase.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Por sorte alguns candidatos que foram reprovados depois ingressaram. Oito ou nove desses que reprovaram ainda perseguiram e conseguiram em outros concursos. Mas naquele nosso concurso foi uma dificuldade enorme na prova oral, as outras provas também, mas a gente estava naquele estudo, naquela ansiedade, buscando aquilo, foi excepcional, desembargadora.

Desembargadora Carmelita Brasil

É bom lembrar, como o senhor acabou de dizer, é uma fase dolorosa, porque está todo mundo muito ansioso, muito preocupado, muito tenso, mas também é uma fase que depois trás alegria, quando vem o resultado aprovado, não é? É uma alegria muito grande.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

É inacreditável. Aquela notícia é um momento ímpar, marcante para a vida, para quem recebe e para aqueles que estão em volta, a família.

Desembargadora Carmelita Brasil

Justamente, a família toda sofre e depois também se alegria quando o resultado chega.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Sofre junto... É muito bonito.

Desembargadora Carmelita Brasil

E já estava casado quando fez o concurso?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Não, eu estava solteiro e vim para Brasília solteiro.

Desembargadora Carmelita Brasil

Veio para Brasília solteiro... A primeira vara que o senhor exerceu a jurisdição, qual foi? O senhor se lembra?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Brazlândia¹⁴. Eu acho que o Vice-Presidente da época, olhou para mim e falou assim: "Esse moço veio do interior, eu vou mandá-lo para a menor cidade do Distrito Federal, para a menor satélite¹⁵" (Risos). E foi muito bom, mas eu confesso que...

Desembargadora Carmelita Brasil

Brazlândia é competência geral?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

É competência geral. No dia em que eu cheguei, era uma única vara, que era o colega Eustáquio¹⁶, um colega antigo que estava lá, e ele estava dividindo em três varas. Eu tomei posse em uma sexta-feira, e na segunda-feira

14 Região Administrativa do DF.

15 Cidade-satélite: designação anterior para as cidades que se formaram em torno da capital Brasília. Atualmente, o termo utilizado para as subdivisões do Distrito Federal é "região administrativa". O DF tem hoje 31 regiões administrativas.

16 Juiz de Direito do TJDF, José Eustáquio de Castro Teixeira.

foi o primeiro dia que foi desmembrada para três varas, daí eu fiquei com a Vara Criminal, Tribunal do Júri. E já logo enfrentei assim, na segunda-feira, eu tomei posse, na quinta-feira tinha um Júri, desembargadora e, naquela época, os juízos não eram gravados, por óbvio, eram Júris mais antigos, o rito era de... um pouco anterior à lei, eram mais solenes. E o Júri demorava muito mais, e eu de cara assim, três dias depois da posse, eu tive de presidir um Júri, que foram dois réus, e foram condenados, por isso a gente pode falar, mataram outros moradores com tampa de bueiro, um crime horrível, da época, e a cidade estava parada para assistir esse Júri, e foi assim. Foi um Júri que demorou 24 horas. Eu comecei às oito horas da manhã de um dia e prosseguimos, não paramos à noite, porque assim, precisava parar, mas a gente optou por continuar, e foi até as nove da manhã do dia seguinte. Mas saiu, e foi um belo Júri, logo de início assim, foi um teste de fogo.

Desembargadora Carmelita Brasil

O desembargador Romão Cícero de Oliveira nos contou hoje, que decidiu ser juiz aos quinze anos assistindo a um Júri. Disse ele que ali, ele se encantou pela presença do juiz.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

O Júri tem aquela magia, como se fosse de um teatro, assim como a gente se encanta com o teatro, com o cinema, com uma boa peça, um bom espetáculo, para o jurista um Júri bonito é fantástico. Eu sou aprendiz, como

juiz substituto fiquei muito tempo com a desembargadora Ana Maria¹⁷, que trabalhava em Júri, e ela trabalhou até como defensora em Júri.

Desembargadora Carmelita Brasil

Trabalhou, justamente.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

E, ela conta uma história para nós, que ela conseguiu absolver uma vez, em legítima defesa, um acusado que tinha atirado nas costas da vítima. E ela provou que eles estavam correndo em círculo, e de correr tão rápido, atirou nas costas. Mas ela... O Júri tem disso, tem essas maravilhas, não é? Que encantam, encantam a todos. Eu fui feliz como Presidente do Tribunal do Júri, tanto em Brazlândia quanto em São Sebastião¹⁸, como juiz titular também, e onde passei como (juiz) substituto.

Desembargadora Carmelita Brasil

Tem um aspecto, é na administração da vara, que, com certeza, o senhor trouxe um handicap significativo, que é a capacidade de organização, a metodologia de trabalho, a divisão das tarefas, isso tudo, com certeza, veio lá atrás do contador, do organizador, e acaba refletindo muito na excelência do trabalho. Fale-nos um pouco da sua capacidade, da sua arte em dividir tarefas, em organizar um cartório que, muitas vezes, o juiz quando chega

17 Ana Maria Duarte Amarante Brito, desembargadora do TJDF de 18/2/2004.

18 Região Administrativa do DF.

à sua vara o aspecto jurídico ele não tem tanto problema, mas no (aspecto) administrativo ele fica às vezes...

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

De fato, desembargadora, essa gestão cartorária... Antes de começar a falar sobre isso, eu costumo dizer assim, talvez, o mérito sempre são daqueles que estão junto da gente, do magistrado. O nosso mérito é em saber motivá-los e, de fato, trazer essa organização para que eles não se percam naquilo, mas efetivamente eu acho que aí, além do contador, é o auditor, aquele que tem a auditoria na cabeça, eu tenho, de fato, esse viés de controle de tudo, da gestão pública. Então, esse controle das coisas somado com um pouquinho da administração de empresas, que eu também trouxe, de fato, eu tenho uma certa facilidade de fazer o processo girar, de otimizar o andamento do processo, talvez, seja esse o grande mérito. Para a senhora ter uma ideia, em uma das varas que eu passei como juiz titular, em Planaltina,¹⁹ era um Juizado de Pequenas Causas, e nós tínhamos lá, quando eu cheguei, 1 800 processos, e depois, a distribuição mensal era de quinhentos processos e, em três meses, nós estávamos trabalhando com um número de trezentos processos mensais, mesmo sendo quinhentos a distribuição. Mas isso porquê, porque eu diminuí – é um Juizado de Pequenas Causas – com autorização da Corregedoria, eu diminuí os andamentos para dois tipos de andamentos, então, o processo não ficava rodando dentro do processo, (digo) do cartório, e aí, talvez, a grande diferença é motivar que os servidores façam de tudo, então, todos os servidores sabem fazer todos os tipos de serviços cartorários, e aí, a gente otimiza para que o processo rapidamente ande, e ele tramita muito rápido. Mas é um pouquinho de sorte também, trabalhar

19 Região Administrativa do DF.

com boas pessoas. Agora, de fato, onde eu tenho passado, eu tenho procurado... Taguatinga,²⁰ como juiz criminal, também na titularidade da 2ª Vara Criminal de Taguatinga, quando eu cheguei eram 6.800 processos, em menos de dois anos depois, nós deixamos com trezentos processos tramitando. Então, com isso a gente presta esse 1º Grau de jurisdição muito rápido, melhora a qualidade da prestação jurisdicional, principalmente quando é criminal, que sempre é, eu atuei mais na área criminal, a prova criminal é muito importante, o reconhecimento, os detalhes. Então, desembargadora, quando a gente julga assim, por exemplo, um porte de arma, com quinze dias, vinte dias, trinta dias depois do acontecido, o policial que fez aquela apreensão tem os detalhes, ele sabe a cor da camisa, às vezes, que o agente estava usando, isso facilita, isso dá uma segurança, e é bom para todo mundo e a gente procura trabalhar, e aproveitar que o 2º Grau de jurisdição no TJDF também já tem essa agilidade, que já é histórica, e já é conhecida no Brasil todo, então, se a gente conseguir, e estamos conseguindo cada vez mais, o 1º Grau chegar em uma brevidade, nossa, estamos transformando o nosso Tribunal, se eu falar o melhor, tem muita gente que vai ficar com inveja, mas em um dos melhores.

Desembargadora Carmelita Brasil

E, nos fale a respeito da última vara, em que o senhor acabou com uma visão macro, sistêmica, criando um desdobramento que veio exatamente otimizar a prestação jurisdicional, com uma vantagem que tem que ser ressaltada: o não aumento de despesas.

20 Região Administrativa do DF.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

É isso mesmo. E, eu acho que talvez o grande ponto é esse “não aumento de despesas”, desembargadora. E eu convidado, então, por essa Administração, dos senhores, eu vim para a Execução Penal, e eu já havia passado pela Execução Penal. Eu tive uma vantagem: quando foi em 2004, 2005, eu passei e, à época, juiz de direito substituto, eram dois juízes; o juiz Nelson Ferreira²¹, como juiz titular, e eu como juiz substituto. A Execução Penal em todo Distrito Federal, somente nós dois tomávamos conta de toda a Execução e, naquela época, junto com o doutor Henaldo²², que também era um juiz de direito substituto, à época, criamos a base para a implantação da Central de Penas Alternativas, não era vara ainda, mas o primeiro desmembramento veio dali, desembargadora, e nós tínhamos toda a Execução Penal, e com a criação da CEPMA, que é a Central de Penas e Medidas Alternativas, nós dividimos as penas privativas de liberdade, de regime semi-aberto e fechado em VEP²³, e a VEPEMA²⁴ ficou com o regime aberto e a Central de Penas Alternativas, depois, em 2008, o trabalho prosseguiu, conseguimos transformar em Vara de Penas e Medidas Alternativas e, agora, recentemente, o que eu me deparei ao chegar lá,

21 Juiz de Direito do TJDF, Nelson Ferreira Júnior.

22 Juiz de Direito do TJDF, Henaldo Silva Moreira.

23 Vara de Execuções Penais – DF.

24 Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas do DF.

a Execução Penal no Brasil tem essa característica, eu por um tempo participei da CENAPA²⁵, que era uma comissão que fomentava penas alternativas no Brasil todo, com isso, eu consegui compreender um pouco da Execução Penal das diversas unidades da Federação, e posso dizer para a senhora que é um problema crônico no Brasil, a Execução Penal é o fim da linha no processo penal, é o mais difícil, e aí já é aquela... fazer o condenado cumprir a pena, é uma tarefa muito difícil, e aqui, no Distrito Federal, nós tínhamos esse problema da união da vara, mas por outro lado, tínhamos um problema de contingenciamento de despesas. Então, eu fiz um projeto, e apresentei para a Administração, ele foi acolhido pelos senhores, de desmembrar essa Execução Penal, e nós fracionamos, mas também desmembrando força de trabalho, força da magistratura, espaço físico. Foi um trabalho completo, e ele foi integralmente acolhido, eu tive a grata satisfação de não ter qualquer resistência, ao contrário, eu tive apoio da Corregedoria, da Vice-Presidência, da Presidência, da 2ª Vice-Presidência, que colaborou também, e todos os órgãos colaboraram, e a gente conseguiu fracionar, e hoje a Execução Penal, então, ela tem a especialidade por regimes de prisões privativas de liberdade e temos a nossa Central de Penas e Medidas Alternativas, que é a Vara então em que eu sou titular, e aí caminhando, para a senhora ter uma idéia, hoje nós estamos no seguinte ponto: uma carta de sentença, alguns estados chamam de carta guia, ao chegar, ao transitar em julgado e vir da Vara

25 Central Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (CENAPA).

Criminal, chegando à Execução Penal, quinze dias depois, o apenado já está cumprindo pena, quinze dias depois, ele já participou da audiência admonitória e está em início de cumprimento de pena. E, agora, estamos trabalhando ainda com a melhoria da Execução Penal, buscar grandes projetos assim, para as penas alternativas, com as instituições, fazer um trabalho social, a pena alternativa...

Desembargadora Carmelita Brasil

Fale-nos um pouco das penas alternativas?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

As penas alternativas, elas foram... Teve um momento, próximo de 2004, elas eram novidade e o mundo jurídico apoiou muito penas alternativas e elas deram certo. Mas passado um ciclo, eu digo, passado um ciclo de aproximadamente dez anos, até 2014, 2013, o mundo jurídico – parece forte o que eu vou falar – não é que abandonou penas alternativas, mas como aquilo estava funcionando, voltou os olhos para outras necessidades, mas penas alternativas precisam de um constante... é um mundo em constante crescimento, as pessoas cometem cada vez mais delitos, os delitos são cada vez mais voltados a um viés de recuperação, se a gente puder recuperar, nós nunca podemos esquecer. Eu trabalhei um tempo em Execução Penal e eu tenho aquela frase assim: todo condenado, ele volta para a sociedade. O condenado que foi condenado há duzentos anos, ele vai cumprir um tanto de pena, ele vai voltar para a sociedade. (Por exemplo) “Eu fui condenado há cinco anos”, ele vai cumprir muito menos e ele vai voltar rapidamente para a sociedade e, infelizmente, a gente sabe que hoje o Sistema Prisional talvez não tenha atendido a contento o que a lei prevê para essa recuperação, daí as penas alternativas, quem trabalha com penas alternativas, desembargadora, eu acho que tem que ter aquele

binômio de repressão e um caráter retributivo de você ressocializar o preso, ambos existem, tanto na pena privativa de liberdade quanto na pena privativa de direitos, (digo) restritiva de direitos. Mas na pena restritiva de direitos, o que a gente chama de pena alternativa, existe uma inversão, o primeiro tem que ser a ressocialização, o apenado cumpre pena solto, ele já está na sociedade, então nós temos urgência em ressocializar aquele apenado, ele vem com uma condenação, ele tem que cumprir, ele tem que pagar a pena dele, tem que sofrer a punição, mas ele tem que partir para uma nova vida e esse é o maior desafio de penas alternativas. Então, agora, nesse momento, o que fazemos na VEPEMA, equacionado o problema, a problemática jurídica de tramitação, de tramitação dos feitos, de fazer com que o apenado chegue ao cumprimento de pena, agora é a gente trabalhar a melhor maneira dele cumprir a pena. Nós já temos uma boa estrutura montada, nós estamos melhorando, melhorando com técnicos, com o incremento de entidades, as penas alternativas dependem muito, assim como as prisões (são) a pedra fundamental da pena privativa de liberdade, as entidades, as creches, os hospitais, os asilos, as escolas são a pedra fundamental da pena alternativa. São eles que recuperam os apenados. Eu costumo dizer, desembargadora, que um apenado quando ele vai prestar determinado número de horas, cem horas, por exemplo, em um asilo ou em uma creche, ele chega lá e se depara com uma circunstância tão trágica, tão deprimente, no sentido assim, de aquelas pessoas precisarem tanto do outro ser humano, que mesmo... eles começam a repensar aquele motivo que os tenham levado a cometer um delito, inconscientemente, eles começam a achar que o motivo que levou essas pessoas a cometerem um delito, que na cabeça deles era grave, que

eles tinham uma dificuldade, eles começam a pensar: “Puxa, eu não sofria tanto assim, tem gente que sofre mais do que eu”. Isso ajuda muito na recuperação.

Desembargadora Carmelita Brasil

Sensibiliza.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Sensibiliza, isso mesmo, eu acho. E isso é apaixonante.

Desembargadora Carmelita Brasil

O Distrito Federal estaria, nesse momento, na frente, aplicando de maneira mais correta, mais humana, atendendo a finalidade da norma, mais do que nas outras unidades da Federação?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Olha, desembargadora, sem medo de errar, e também é um trabalho que até foi desenvolvido por outros, por isso que eu posso falar, não foi? De qualidade, eu não tenho dúvida, desde a época de CENAPA, que a gente compreendia toda Execução Penal, do Brasil todo, o Distrito Federal sempre foi citado entre as cinco grandes unidades da Federação, tanto que, naquela época, a gente era convidado para mostrar o nosso trabalho no Brasil todo, e assim foi. De qualidade nós sempre estivemos na frente. Nós passamos um período em que tivemos uma dificuldade por conta... Nós temos uma característica diferente dos outros estados também, que nos outros estados, em cada comarca tem a sua Execução Penal, e a nossa como unifica tudo,

numa única unidade, numa única vara, e ela estava sobrecarregada com o regime aberto, então, nós ficamos um pouquinho defasados na tramitação dos processos, mas aí, agora eu digo, com essa regularização na tramitação, eu de novo vou deixar gente com inveja, mas eu acho que nós somos o primeiro (risos). Não, brincadeiras à parte, mas posso garantir que é exemplar, e o trabalho de base foi muito bem feito, e nós temos uma resposta positiva naqueles que cumprem penas, não temos... É insignificante o percentual de reincidência daquele que cumpre pena alternativa no Distrito Federal.

Desembargadora Carmelita Brasil

Ah é?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

É insignificante.

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas o senhor havia começado a falar e acabamos esgalhando outro rumo, que as penas alternativas encantaram num primeiro momento, sensibilizaram não só o legislador, mas, sobretudo, o aplicador da lei, mas que depois decorrido aí uma década, o interesse teria se tornado melhor e ela não teria atingido, então, a finalidade para que foi criada. Já revertermos esse...?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Não, existe uma sinalização. O ministro Lewandowski²⁶, do Supremo Tribunal Federal (STF), ele teve

26 Ministro Enrique Ricardo Lewandowski, atual Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF.

uma iniciativa de incentivar as chamadas audiências de custódia, com o objetivo de buscar possibilidades daquelas que possam responder o processo em liberdade, que assim o façam e, nesse ponto, ele bateu na trave com as penas alternativas, porque ele provocou o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), provocou o mundo jurídico para que de novo busque, fomente formas alternativas de cumprimento da pena. Lógico que o objetivo dele era formar de cumprimento daquele período que a pessoa está respondendo em liberdade. Mas, com isso, ativou novamente o mundo jurídico para penas alternativas. E, eu digo para a senhora, que nós tivemos um marco importante este ano, é aquele Fundo Penitenciário, o DEPEN²⁷, que controla o Fundo Penitenciário, que são as multas das penas que são todas elas canalizadas no Poder Executivo, e o ministro Lewandowski com essa visão, ele determinou que o Fundo Penitenciário seja obrigatoriamente utilizado, em primeira mão, nas penas e medidas alternativas, com esse objetivo. Então, com isso, vislumbra-se para o próximo ano, para esse não, porque o Fundo foi contingenciado, mas para o próximo ano, vislumbra-se uma possibilidade de recursos para as unidades de penas e medidas alternativas. E o grande problema, é que dependemos do Poder Executivo local, sempre, que é quem administra as instituições, os hospitais, as escolas. E, com essa crise, se assim podemos dizer, com essa dificuldade financeira que o país atravessa, os governos locais de todas as unidades da Federação também estão diminuindo a possibilidade de contribuição para essas entidades, e aí as penas alternativas estão aparecendo como um complemento, é um complemento modesto, é verdade, mas emergencial para buscar, são dez os tipos de penas alternativas, e um deles é a prestação pecuniária, e essa prestação pecuniária também é revestida, canalizada, para essas entidades. Então, esse

dinheiro acaba vindo para suprir um pouco essa dificuldade momentânea. Isso ativou o mundo jurídico. Infelizmente, o Executivo desativou essa Comissão Nacional que fomentava, foi exatamente no ano de 2013, que é onde eu digo que começou a cair. Então, para que a senhora tenha uma ideia, nós tínhamos, no mínimo, uma vez por ano uma reunião dos juizes criminais, de Execução Criminal, e trocávamos boas ideias, excelentes ideias, ideias... uma ideia boa do Paraná, pode e deve ser copiada aqui, uma boa ideia daqui, pode e deve ser copiada em São Paulo, e fazíamos isso, mas isso não existe mais hoje, não temos sequer um congresso que unifique é, os juizes, os promotores, os defensores que trabalham com a execução de penas e medidas alternativas. Então, hoje ele está dependendo muito da boa vontade das pessoas. Isso não é bom, mas de certa forma, ainda caminha.

Desembargadora Carmelita Brasil

Antes de mudarmos um pouco de tema, a sua vida é muito rica em aspectos variados e vamos cuidar de alguns deles. Fale-nos a respeito de alguma ação, algum réu, algum caso jurídico que durante a sua já longa carreira, tenha lhe marcado, chamado a sua atenção, feito perder sono, às vezes, pensando em como encontrar uma boa solução para aquela controvérsia.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Foram vários, desembargadora, a senhora também deve ter passado por muitos. Mas vamos lá. Eu me recorde de alguns, vamos tentar, eu vou tentar ser breve. Alguns casos, um primeiro deles que marcou muito, e a senhora falou em tirar sono, e aí me bateu à cabeça "tirar sono", eu me lembrei de um caso em que eu era

Presidente e Juiz do Tribunal do Júri de São Sebastião, da cidade-satélite (Região Administrativa) de São Sebastião, e lá nós tivemos o seguinte caso: um menino tinha matado a mãe, e sumiu a mãe, e o corpo da mãe não se encontrava. Lógico, que depois nós ficamos sabendo que ele tinha sido o autor do homicídio, mas, depois, o próprio filho fez campanha na cidade para localizar a mãe. Então, foi um caso que marcou muito a cidade, e a cidade é uma pequena cidade, a comunidade se conhece e, depois de identificado, veio um dia um pedido de busca e apreensão, que a vizinha falou de obras na casa dele e havia uma suspeita que ele pudesse até ter enterrado o corpo da mãe, e isso se configurou, a gente “pode deferir a busca e apreensão”, e foi encontrado o corpo da mãe, e isso me tirou o sono assim, eu imaginava uma possível condenação, a gente quando vai para um Júri, como juiz você pode imaginar: olha, isso pode ir para uma absolvição, pode ir para uma desclassificação, pode ir para uma condenação. Então, eu já imaginando uma possível condenação, eu me peguei naquela semana pensando: que pena aplicar – porque eu acompanhei o processo, foi muito rápido, em quarenta dias ele estava indo para plenário de Júri, e que pena aplicar para um menino, de 26 anos de idade, que trabalhava, que freqüentava igreja, tinha namorada, vivia com a mãe, ajudava a mãe em casa e ele havia matado a mãe, então assim, eu me fiz uma pergunta: “Ele matou?”. Mas existiam duas entonações para essa pergunta: “Ele matou a mãe, isso é repugnante, é trágico, mas ele matou a mãe. E, a mãe talvez já tenha perdoado ele”.

Então, eu me

peguei nessa pergunta para tentar já começar equacionar e tentar equacionar esse meu dilema com as consequências judiciais que nós somos reféns. E, eu passei alguns dias sem dormir pensando nisso, Mas foi um belo Júri, ele, de fato, foi condenado, como homicídio qualificado, eu acompanhei até ele depois na execução da pena. Esse menino está próximo de sair e ele ensinava pessoas na cadeia e tem uma boa chance dele ter feito um erro na vida, mas de ter se convertido. Por outro lado, nessa mesma cidade, me lembro agora, aí um belo trabalho, eu acho, conjunto, foi um grande exemplo de trabalho criminal em que envolvemos Judiciário, Polícia e Ministério Público. Quando eu fui para essa cidade-satélite, eu ia começar numa segunda-feira, na quinta-feira teve um programa jornalístico de televisão, que mostrou a cidade, como a “capital nacional de guerra de gangues”, São Sebastião. E era um programa em rede nacional...

Desembargadora Carmelita Brasil

Teve mesmo um período lá, em que estava morrendo um jovem por dia, não é?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Por dia. Foi exatamente isso. E, foi nessa época que eu cheguei, foi com essa circunstância que eu cheguei. E, na primeira semana, eu constatei que em cinco dias úteis foram sete flagrantes de homicídio ou tentativa de homicídio, e aí então eu reúní Ministério Público, que trabalhava lá, a Polícia, e nós fizemos reuniões, e aí nós fizemos um trabalho assim, a Polícia colaborou muito, mapeou, na época, era o Orkut, hoje é o Facebook, são outras redes sociais, naquela época, era o Orkut, e a Polícia mapeou as sete grandes gangues da cidade, e fez um traba-

lho específico, em conjunto com o Ministério Público, e a gente agilizando os processos. E, olha, desembargadora, isso é assim, eu tenho os nomes, os chefes das gangues na mente, eles foram presos, todos os sete, alguns deles tinham latrocínio, respondendo por latrocínio, anos de prisão, é lógico que a gente não quer que ninguém vá para a cadeia, mas, naquele momento, dismantelar, desestruturar aquelas gangues, de jovens, foi feito um trabalho junto a... Ah, e muito importante também, a Vara da Infância (e da Juventude) foi envolvida também, porque eram muitos jovens, menores, então foi um trabalho muito bem feito. Passados dois meses, nós não tínhamos mais os flagrantes, tínhamos só os inquéritos, e eu fiquei, depois desse trabalho, mais um ano e seis meses lá, e nós não tivemos mais nenhum flagrante de guerra de gangue. Assim, havia os homicídios por outros motivos, mas por guerras de gangues daquelas sete identificadas não mais. Então, foi muito bonito. Esse é um trabalho também que eu gosto sempre de citar. E tem um de Taguatinga, não sei se eu estendo, mas dá para contar?

Desembargadora Carmelita Brasil

Claro, claro.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

É porque esse também... Eu tenho uma dificuldade muito (grande) em guardar nome de réu, é difícil, é muita gente, não é? Réu, de parte... Mas em 2009, eu me peguei com uma notícia no jornal, e meu pai, lá do interior de São Paulo, me visitava. E, a gente lendo o jornal, em um domingo de manhã, conversa de pai e filho, e eu lendo a capa do jornal, havia sido preso o "maníaco de Luziânia",²⁸ ficou famoso, à época, aqui. E esse eu lembro ainda o nome, e eu posso falar porque é público, Adimar

de Jesus, mas me tocou esse nome, eu falei: "Pai, mas esse menino eu fiz um processo dele". Ele falou: "Não, como é que você vai se lembrar? Você não se lembra, você não costuma se lembrar". Mas eu fui lá, nos meus arquivos, e vi, porque foi um caso que me chamou atenção na condenação, porque ele tinha abusado de duas crianças, e eu rapidamente, em menos de trinta dias, estava pronto para sentenciar o processo, e eu fiz uma conversão do julgamento em diligência para que se fosse feito um laudo psicológico dele, para melhor instruir, para que eu melhor pudesse sentenciar, e assim foi feito. E, naquela decisão, a gente conseguiu alertar de que ele teria esse viés, de um serial killer mesmo, e eu coloquei isso na sentença, mas a população não distingue, por vezes, o Poder, não compreende o Poder Judiciário, não é? Nós fazemos o que a lei determina, nós somos escravos da lei, e é o que eu falo, todo sentenciado, todo condenado, ele foi condenado por mim, àquela época, mas ele voltou à sociedade, e era previsível que ele pudesse cometer isso. Mas aí é uma falha de sistema, não do Judiciário, nós não tínhamos sistemas que pudessem prever aqueles potenciais assassinos em série como alguns países têm. Os Estados Unidos estão na vanguarda desse sistema de prever assassinos em série, têm equipes que monitoram e fiscalizam, nós não temos aqui. Mas isso é, estamos avançando, estamos chegando lá. Mas são casos assim, são tantos casos. Ah, tem um caso muito interessante para contar, ele é um caso muito menor do que o (caso do) nosso grande colega e iminente desembargador Edson Smaniotto,²⁹ colega da senhora também, e que eu admiro por demais assim, eu acho o

²⁹ Edson Alfredo Martins Smaniotto, desembargador do TJDF entre 1997 e 2010, ano de sua aposentadoria.

²⁸ Adimar de Jesus Silva, assassino confesso de seis adolescentes moradores de Luziânia, Goiás, no ano de 2010.

desembargador Smaniotto um ícone da magistratura. O desembargador Smaniotto passou por um problema em uma audiência de um réu que conseguiu voltar armado, o meu (foi) em menor grau, mas eu também na primeira passagem em Execução Penal, o prédio do Tribunal de Justiça foi interditado,³⁰ o Bloco A todo, ele seria interditado por um possível abalo e iriam fazer uma avaliação. Então, falaram assim, (que) o prédio ficaria interditado por alguns dias ou alguns meses. E, naquela época, eu e o doutor Nelson Ferreira, que era o juiz titular, muito ágil, muito dinâmico, ele não titubeou, ele falou: “Gilmar, vamos fazer o seguinte: vamos mudar a Execução Penal daqui, porque se interditar o prédio, nós temos que continuar com os benefícios dos réus”. Ele vislumbrou já, possibilidades de rebeliões, e fomos para o Setor de Indústrias de Brasília,³¹ para um galpão, e, em uma semana, conseguimos a mudança para o Setor de Indústrias, mas lá era provisório, e nós não tínhamos segurança, não tínhamos estrutura, foi muito assim, acomodado ali para fazer funcionar, e eu, numa dessas audiências, nós não tínhamos porta giratória,

30 Em 13 de outubro de 2004, a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros Militar do DF foram acionados e recomendaram a interdição do Bloco A, prédio do TJDF, devido ao levantamento do piso de placas de mármore no 10º andar. A interdição foi realizada por meio da Portaria nº 37, de 21 de outubro de 2004, do Tribunal de Justiça. As obras de revitalização e recuperação do prédio foram finalizadas em 2008.

31 O Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) é uma região administrativa do Distrito Federal.

nada, nada, desembargadora. Então, eu, em uma audiência, fazendo uma audiência com um apenado, que estava descumprindo a pena, e ele descumpria reiteradamente. Então, eu precisei falar um pouco mais forte com ele, aquela voz do magistrado tendo que repreendê-lo, e eu no meio do meu... só eu e ele, mais ninguém na sala, não tínhamos segurança, não tínhamos nada. No que eu começo a falar com ele, ele começa a se mexer na cadeira, não havia cátedra, era em uma mesa, porque era improvisado, e eu a um metro e meio de distância dele, ele sacou uma faca, muito grande, e começou a bater na minha frente assim, bater entre eu e ele com uma faca assim: “Minha vida não vale nada”. Eu tive o instinto de, naquele momento, eu com a toga, estava assim, eu tirei, joguei na cadeira, me preparei para correr, eu confesso que... mas quando eu me levantei, eu percebi que a faca tinha ficado presa na madeira, e aí, eu o abracei...

Desembargadora Carmelita Brasil

Com certeza uma mesa rústica, não é?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

É, era uma mesa rústica. E, eu tive o instinto de abraçá-lo assim: “Vamos tomar um café. Vamos conversar sobre a sua vida”, eu falei para ele. E fui puxando ele, puxando mesmo, e consegui levá-lo até a porta assim, a faca ficou grudada ali, então, na porta, eu já achei um segurança e dei um sinal, que a gente sempre tinha um sinal combinado, e consegui, ele veio e me socorreu ali, mas eu escapei por sorte ali de um... Mas foi uma daquelas passagens que a gente conta assim. A magistratura é tudo, não é, desembargadora? É o dia a dia assim, a gente convive com essa tentativa de solução dos

conflitos, e acaba a gente se envolvendo no conflito, no momento mais tenso, que é a audiência, não é?

Desembargadora Carmelita Brasil

É verdade. A gente fica exposto, não é? Mesmo quando há infraestrutura, o juiz já fica exposto. Umas circunstâncias assim tão improvisadas, aí nem se fala...

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Pois é, mas sempre tem um anjo da guarda para a gente... (risos)

Desembargadora Carmelita Brasil

Ah, tem que ter, e age, não é? Existe e age. Mas, agora, doutor Gilmar, vamos deixar o lado judicial que é rico, vamos passar para outro aspecto da sua atuação aqui na Justiça do Distrito Federal, no nosso Tribunal, que é também muito significativa, o seu lado associativo, a sua passagem pela Presidência da AMAGIS (DF).³² Alguns colegas chegam a assentar que é uma classe de pouca convivência, parece que faz parte dos comuns dos mortais, que se torna juiz, ser mais retraído, menos participativo, menos comunicador. Como foi a sua visão ao administrar a nossa AMAGIS? Como o juiz passou a ser visto na sua cabeça?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Pois é, desembargadora Carmelita. Eu fui levado à AMAGIS, assim, por um grupo de colegas que me convidaram, e eu confesso que, naquela época, a minha expectativa era de participar num auxílio... eu havia sido diretor da Escola da Magistratura e o meu desejo era participar da Escola da Magistratura, mas aí me convidaram

para essa gestão de dois anos na AMAGIS. Eu aceitei, entendendo que, naquele momento, eu pudesse colaborar por conta de ter passado por tantas satélites (regiões administrativas), aqui em Brasília, conhecendo tantos colegas, e entendo que uma visão administrativa também na nossa Associação, traria benefícios para o Judiciário, porque a nossa Magistratura, como eu disse, essa história de copiar bons exemplos, essa união, eu acho que é fundamental e à medida que um magistrado é unido, o Poder Judiciário ganha com isso, se sobrepõe. Mas a senhora tem razão, nossa classe, a magistratura é uma profissão muito solitária. Não é a esposa, não é o filho, não é o avô, não é o pai que profere a sentença, é você, que tem que, no seu íntimo ali, sentar e fazer a decisão, fazer... e isso faz com que, eu acho que o homem e a mulher, o magistrado e a magistrada, também fiquem um pouco mais fechados, e a senhora bem colocou, o magistrado tem essa característica, então, eu me deparei com esse problema: como buscar uma maior união na classe com essa característica de sentimentos fechados, de personalidades mais restritas. E aí foi com essas visitas, que depois, os senhores na Administração fizeram essas visitas também aos colegas em 1º Grau, (e) teve um bom retorno. Mas eu acabei visitando colegas, conversando com aqueles que tinham muitos problemas, e tentei propiciar dentro da Administração projetos que unissem cada vez mais o Tribunal. Mas com uma grande... eu acho que foi talvez um divisor de águas na nossa Associação, de mostrar para os colegas que nós devemos, cada vez mais, trabalhar unidos para o Tribunal. Associação e Tribunal de Justiça buscam o mesmo objetivo, por vias, por estradas diferentes. Nós buscamos o mesmo objetivo que é a melhoria do Tribunal de Justiça, melhoria da prestação jurisdicional, melhoria do tra-

balho, apenas que trafegam por estradas distintas. Então, essa aproximação de Associação com o Tribunal, eu acho que foi uma grande contribuição, e uma pacificação no sentido de que o magistrado é um ser político e, naquele momento, nós tínhamos uma divisão muito grande de política e toda divisão política ela não é ruim, ela é saudável, são visões distintas, mas nós estávamos com magistrados com visões políticas distintas, que não estavam ajudando. Então, mesmo mantendo cada um na sua visão política, a gente conseguiu convencer todo mundo de convergir para um rumo só, ainda que cada um com o seu pensamento, com a sua forma de conduzir. Isso eu acho que deu para a gente implementar, eu confesso que, quando eu saí, eu fiz uma carta em agradecimento aos colegas por terem me permitido representá-los por dois anos, é uma honra que eu não imaginava na minha vida, desembargadora, uma honra assim incomensurável, e eu, naquela carta, falei que eu acho que na minha vida assim, na vida de todo mundo, nós temos tempos, eu fui até colher da Bíblia a passagem que diz que “tem um tempo para tudo”, e aquele tempo de AMAGIS me fez feliz, confesso que me fez feliz, assim, eu vivi um conflito de ausência da jurisdição, que muito me... eu não me vejo fora da jurisdição, me faz falta a jurisdição, mas compensou com esse contato com a magistratura, com a Administração do Tribunal. Eu fui muito feliz, fiquei muito contente. É difícil, é uma classe grande, divergente, e o magistrado tem o seu posicionamento, cada um tem o seu posicionamento, mas eu acho que foi um bom período, eu fiquei muito contente, e contei, eu nunca posso deixar de,

sempre que falar do tempo que fiquei na AMAGIS, contei com excepcionais colegas na diretoria, foram magistrados que pensaram juntos, nós divergimos, discutimos, pensamentos distintos, fazíamos votações, e, às vezes, votações apertadas, desembargadora, assim: “Vamos fazer tal coisa?” “Vamos votar, tem sete presentes... quatro a três”. Mas, saímos de lá, todos unidos, cada um defendendo seu ponto, e aquela parte vencida se unia àquela parte que venceu, e foi muito bom, e eu acho que o sucesso foi isso, foi todo mundo trabalhando em conjunto.

Desembargadora Carmelita Brasil

O tempo é ingrato, quando a gente começa, parece que em uma hora é possível resumir uma vida, mas não é. Para terminar, doutor Gilmar, eu queria tocar em uma face-ta nova, que está agora descortinando para a sua vida, que é o seu curso de doutoramento em Portugal, não é? E é importante que seja assim, o magistrado deve, até por imposição legal, se preocupar com o seu contínuo aperfeiçoamento. Como é que foi essa ponte para Portugal, trazendo o doutorado?

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Pois é, e mais tarde mesmo, mas eu acho que para a academia nunca é tarde, não é? Assim, na academia, como a senhora bem disse, nós temos uma obrigação legal, e eu sempre procurei me atualizar, não ficar com os cursos de graduação, eu sempre me atualizei e atuei no magistério durante muito tempo. E o magistério é um estudo, porque a gente acaba se preparando. Eu tive a grata, a honra de ser professor da Escola da Magistratura, da Escola do Ministério Público, em graduação nas universidades aqui, de Brasília. E o magistério já

faz com que a gente não abandone o estudo, mas eu senti que eu precisava de um estudo mais aprofundado, mais técnico, e mais, desembargadora, eu queria de propósito, fora daqui, até para ver uma visão diferenciada, para buscar um, mesmo estudando aqui, eu sei que a gente tem como buscar um estudo lá fora, mas esse contato com os mestres e com os doutores europeus, eu acho que trazem uma visão diferente, e a gente é... essa experiência diferente, eu acho que faz a gente repensar valores, refletir, e buscando sempre melhorar. E aí, eu ainda estou cursando, eu não terminei, mas eu já terminei uma primeira parte, que é a parte de especialização, eu já retirei o título de especialista pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e eu estou na última fase do mestrado, buscando mais do que o título de Mestre, buscando, assim, esse raciocínio todo que eu fui buscar lá, já fiz todas as aulas presenciais, os trabalhos escritos, falta uma última fase de dissertação e de defesa de tese, mas é aplicar tudo isso que eu busquei lá. Eu já tenho procurado aplicar aqui, já mudei um pouco, tomara que para melhor, mas, ao terminar aquilo, não parar com isso, não digo, não parar com o estudo, não parar com essa busca de experiências diferentes para que sejam aproveitadas aqui, para o bem e para o mal, às vezes, a gente consegue entender a experiência alheia e perceber que a nossa é muito melhor, e isso é importante, e eu me deparei com circunstâncias de que a nossa experiência é muito melhor do que a de fora. E eu estou muito feliz assim, porque eu tinha deixado de lado o magistério, isso me faz falta. São duas coisas que me fazem feliz na parte acadêmica, nesse momento, desembargadora, umas delas é o mestrado e a outra delas eu devo à senhora, porque eu já havia sido convidado pelo desembargador Sérgio³³ (Bittencourt), o Vice-Presiden-

33 Sérgio Bittencourt, desembargador do TJDF entre 1998 e 2014, ano de sua aposentadoria.

te anterior, para compor a Comissão de Concursos, mas eu tinha um impedimento porque eu era professor, à época, e, agora, a senhora me fez esse honroso convite e eu tenho participado dessas últimas bancas de concursos, que também têm me preenchido, (elas) têm servido de estímulo, a gente não... O magistério tem que ter sempre o pé no chão, a certeza da necessidade de cada vez mais buscar, de crescer, mas eu acho que é importante para o magistério também esse estímulo, e a Comissão de Concursos, a participação no Concurso, me renovou...

Desembargadora Carmelita Brasil

Cumpriu esse papel.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Exatamente, desembargadora, me trouxe uma vida nova, eu nasci novamente, eu redobrei forças com a participação no Concurso, eu devo isso à senhora, eu faço um agradecimento em público, muito obrigado!

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas doutor Gilmar, encerrando, nós reiteramos os nossos agradecimentos, a nossa alegria pela sua passagem no Programa Memória Oral, e o deixamos agora à vontade para registrar as suas últimas palavras.

Doutor Gilmar Tadeu Soriano

Desembargadora, eu queria rapidamente, eu preciso reiterar os agradecimentos e os elogios. Os agradecimentos, porque confesso que talvez eu não tenha nenhum mérito para estar aqui, com esse bate papo com a senhora, mas eu aceitei de plano essa honra, porque, como eu disse para a senhora, essa conversa não é sobre

histórias minhas, são histórias do Tribunal. Eu me dedico plenamente para o Tribunal de Justiça, eu hoje sou assim, o Tribunal de Justiça, o TJDFT é integralmente. Lógico, que a gente tem a família da gente, como número um, tem Deus, tem família, mas assim, eu me dedico integralmente ao Tribunal de Justiça, e para mim é uma grande honra em poder contar uma ou outra história do Tribunal, que como eu disse, é uma pequena história, mas eu entendo que integra a história do próprio Tribunal, e reiterar os elogios, que são de coração, desembargadora, não são pró-forma, a atual Administração,³⁴ marca história. É muito perigoso a gente falar de melhor – a senhora viu que eu tentei evitar “o melhor Tribunal” – de melhor Administração, não existe isso, existem boas Administrações, por óbvio, mas foi uma Administração que marca, porque ela concatenou assim, vocês se deram tão bem, fizeram tanto para o Tribunal de Justiça, que é uma grande dificuldade para quem chega para assumir, porque quem chega para assumir quando a coisa está muito ruim, é fácil, qualquer coisa que faça, está fazendo o bem. Mas no ponto que está, se continuar do jeito que está, já está ótimo, se melhorar, melhor

34 A gestão do biênio 2014-2016 do TJDFT teve o desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira exercendo o cargo de Presidente do Tribunal; a desembargadora Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias, ocupando o cargo de 1º Vice-Presidente; o desembargador Waldir Leônico Júnior, no cargo de 2º Vice-Presidente; e o desembargador Romeu Gonzaga Neiva, como Corregedor do Tribunal de Justiça. A gestão desse biênio foi finalizada no dia 22/4/2016.

ainda, mas tenho eu certeza que a nova Administração,³⁵ vai também buscar uma melhoria para o Tribunal. E, no caso da senhora, da Vice-Presidência, eu tive a felicidade de participar como diretor do Fórum de Planaltina, trabalhando com a senhora, um pedacinho ainda na AMAGIS, nesse trabalho novo, do desmembramento, e nada faltou, tudo aquilo que a gente pediu para a 1ª Vice-Presidência, a senhora conseguiu, e eu sei que os colegas também conseguem com a senhora, tudo que a senhora... a senhora não mede esforços para conseguir, eu tenho que parabenizar a senhora, na pessoa da senhora, e toda Administração, mas a 1ª Vice-Presidência tem feito um trabalho fantástico. E, parabéns pelo trabalho de resgate dessa história, eu acho que, e aí falando desse Projeto (Programa História Oral), eu volto a insistir, o nosso Tribunal tem poucas décadas de história, nós não podemos deixar isso se perder. Para finalizar, eu vou contar uma rápida história que tem a haver com a inauguração do Fórum do Recanto das Emas,³⁶ essa semana, e nós conversávamos com o Presidente,³⁷ eu, a senhora e o Presidente, e relembramos que na pedra fundamental desse fórum foi colocada uma cápsula, com documentos, com histórias, para que seja

35 A gestão do biênio 2016-2018 é formada pelos desembargadores: Mario Machado Vieira Netto, como Presidente do Tribunal; Humberto Adjuto Ulhôa, como 1º Vice-Presidente; José Jacinto Costa Carvalho, 2º Vice-Presidente; e José Cruz Macedo, no cargo de Corregedor do TJDFT.

36 A inauguração no Recanto das Emas do Fórum Desembargador Valtênio Mendes Cardoso foi no dia 28/3/2016.

37 Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, então Presidente do TJDFT, na gestão do biênio 2014-2016.

aberto daqui a cinquenta anos, e estávamos valorizando essa iniciativa. Eu acho que assim, essas, eu não quero chamar de pequenas, mas são iniciativas que são fáceis de fazer, mas de uma grandeza que não tem tamanho. Parabéns, desembargadora Carmelita. E foi uma honra, pena que o tempo é pequeno, e nós temos o dom, um pouquinho do dom jurídico, não temos o dom de jornalista, eu sei que falta o traquejo do jornalista, mas pelo menos, a gente pôde bater esse papo agradável aqui, muito obrigado, viu, desembargadora!

Desembargadora Carmelita Brasil

Nós é que agradecemos, muito grata.

◀*fim*▶

DATA DA ENTREVISTA

30/03/2016

LOCAL

Brasília-DF

ENTREVISTADO

Juiz de Direito Gilmar Tadeu Soriano

ENTREVISTADORES

Desembargadora Carmelita Brasil

TRANSCRIÇÃO

Iêda Oliveira de Araújo Alves – SERAMI

REVISÃO

Virgínia Reis da Costa – SERAMI

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA
**HISTÓRIA
ORAL**

JUIZ DE DIREITO GILMAR
TADEU SORIANO

SERAMI

Serviço de Apoio à
Memória Institucional

SEGD

Secretaria de Gestão
Documental

PVP

Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT